



## Interpeção Escrita

O Governo prometeu que os segmentos da Taipa do Metro Ligeiro iam entrar em funcionamento em 2016, porém, isto foi apenas como fazer castelos no ar, porque o sistema geral do Metro Ligeiro na Taipa ainda não está feito, e o Parque de Materiais e Oficina do Metro Ligeiro ainda necessita de um novo concurso público, isto é, vai tudo começar outra vez.

O projecto do Metro Ligeiro na Taipa inclui três segmentos, um viaduto e um Parque de Materiais e Oficina. Para entrar em funcionamento, é preciso concluir todas as cinco partes referidas. Para além da obra do Parque de Materiais e Oficina, as restantes quatro obras encontram-se, neste momento, em andamento normal, portanto, é provável que possam ficar prontas neste ano. No entanto, enquanto o Parque não for construído, todo o sistema do Metro Ligeiro não pode funcionar. Na ciência da gestão, existe a teoria do "efeito de *Cannikin*", isto é, a quantidade de água que um balde de madeira pode conter é determinada pelo comprimento da ripa mais curta, em vez da ripa mais comprida. Na altura em que se preparava a construção do Metro Ligeiro na Taipa, muitos construtores locais sugeriram uma divisão parcelar da obra, para que todo o sector da construção civil pudesse participar nesse projecto. Aceitando as opiniões desses empresários, o Governo, finalmente, dividiu a referida obra em cinco partes. Agora, o atraso na construção do Parque de Materiais e Oficina constitui a "ripa curta", o

que provoca o não funcionamento de todo o sistema geral do Metro



Ligeiro. O Governo já gastou muito dinheiro, mas o pior é que não conseguiu aprender nada com essas experiências.

A construção do Hospital das Ilhas está dividida em duas fases e a primeira envolve seis edifícios. Devido à planta de concepção, as respectivas obras não se efectuaram no prazo previsto e, posteriormente, o Governo decidiu que só se realizava o concurso público para a construção de cada edifício depois de estar feita a sua planta. Esta decisão parece boa, mas existe, na verdade, um risco potencial, tal como o que está a acontecer no Metro Ligeiro. Entre as obras da primeira fase, que envolvem seis edifícios, só foram aprovadas, neste momento, as plantas de concepção dos edifícios mais simples, isto é, o Edifício Residencial para Trabalhadores e o Instituto de Enfermagem, e foi lançado, em conjunto, um concurso público para tais construções. Relativamente aos restantes quatro edifícios, ou sejam, o Edifício do Hospital Geral, o do Apoio Logístico, o de Administração e Multi-Serviços e o do Laboratório Central, até agora, as suas plantas de concepção não foram feitas. Consoante a decisão do Governo, isto é, se só se realiza o concurso público para a construção de um edifício após a conclusão das suas plantas de concepção, então, as respectivas obras podem ser adjudicadas a quatro construtores diferentes, devido às diferentes datas de conclusão dessas plantas. Se as obras forem adjudicadas a quatro construtores diferentes, para além do problema da articulação (não só a articulação entre as partes visíveis, como as passagens elevadas entre os edifícios, mas também entre as partes invisíveis, como as tubagens subterrâneas), basta que a obra de um dos edifícios fique atrasada para



levar ao não funcionamento de todo o hospital.

Pelo exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Quando ao projecto do Hospital das Ilhas, devido ao atraso das plantas de concepção, o Governo tornou-se muito passivo, porque não pode fazer nada. Sendo uma obra de dimensão tão grande e que custa mais de 10 mil milhões, acredita-se que, internacionalmente, haja muitas equipas de especialistas com experiência suficiente para tal projecto, entretanto, o Governo da RAEM adjudicou os trabalhos de elaboração das plantas de concepção a uma empresa local. Assim sendo, gostaria de saber qual foi o padrão utilizado pelo Governo da RAEM para escolher a empresa prestadora dos serviços de consultadoria de projectos. Teve a ver com a sua capacidade profissional ou com o grau de estreiteza das relações? Porque escolheu uma empresa que nem sequer é capaz de entregar pontualmente uma planta de concepção?
2. A estratégia actual do Governo é realizar o concurso público só após a conclusão da planta de concepção da respectiva obra, e isto demonstra falta de decisão científica. Segundo a experiência normal, quando a obra é mais complicada, o prazo necessário para concluir e aprovar a sua planta de concepção é mais longo e, ao contrário, a aprovação de uma obra mais simples é mais fácil, como é o caso do Edifício Residencial para Trabalhadores e do Instituto de Enfermagem, que não têm grande diferença em relação a edifícios normais e cujas exigências são diferentes das dos edifícios hospitalares. As obras mais simples vão ser iniciadas primeiro, e as mais complicadas e



difíceis vão ser mais tarde, assim, mesmo que essas mais simples sejam concluídas, o hospital ainda não pode funcionar. Portanto, as obras mais simples serem realizadas primeiro não é uma decisão científica. O Governo deve empenhar o seu esforço para concluir as obras mais complicadas e especializadas, e realizar, com base nisto, os respectivos concursos públicos em conjunto, para evitar que o projecto seja dividido em tantas partes. Isto vai ser feito?

3. A obra do Hospital das Ilhas foi dividida em várias partes, assim, se uma das obras tiver um atraso e necessitar de um novo concurso público, como aconteceu com o Parque de Materiais e Oficina do Metro Ligeiro, todo o complexo hospitalar ficará impedido de entrar em funcionamento. O Governo deve absorver as experiências do caso do Metro Ligeiro, tomando medidas para evitar a repetição de tais erros. Para tal, o que é que o Governo vai fazer?

08 de Julho de 2016

**O Deputado à Assembleia Legislativa da  
Região Administrativa Especial de Macau,  
Au Kam San**